



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO**

**ELIZANE SOARES REZENDE**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO**

**Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Daniel Handan Triginelli do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).**

**BELO HORIZONTE, 2013**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

ELIZANE SOARES REZENDE

### **A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof. Daniel Handan Triginelli – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Elizane Soares Rezende – Cursista

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família (filhos e esposo), em especial àqueles que sempre me incentivaram a estudar. Muito obrigado(a), amo vocês.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus pela vida e inteligência a mim concedida, pela força, ânimo e dedicação, se não fosse por ti Senhor, nada seria, nada teria.

Agradeço também a minha filha Larissa, minha companheira mais fiel, a meu filho Lucas e a meu esposo Paulo César, sem vocês a minha vida não teria sentido. Obrigado fazerem parte dela.

## EPÍGRAFE

“Prometo viver a vida como se fosse durar para sempre. Ninguém envelhece apenas com o passar dos anos. As pessoas envelhecem por abandonar a seus ideais. Os anos podem enrugam a pele, mas abandonar os ideais enrugam a alma”.

Douglas Mac Arthur

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como finalidade refletir sobre a relevância da avaliação no sistema de ensino das escolas públicas, identificando os principais aspectos que norteiam o processo avaliativo em uma gestão democrática. A proposta busca ainda refletir sobre as formas mais adequadas e viáveis de se avaliar os educandos e a prática pedagógica, tendo em vista não somente o conhecimento adquirido, mas também a formação de atitudes e valores e o esforço demonstrado pelos alunos. A metodologia adotada foi à qualitativa, pois se buscou refletir sobre o tema a luz de diferentes referenciais teóricos para melhor embasamento do conteúdo. Os principais autores citados para este trabalho foram: Esteban (2001), Gil e Fanizzi (2008), Grosbaum (2001), Abreu (2001), entre outros. A pesquisa também foi embasada no estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). A avaliação deve ser vista como um instrumento do planejamento escolar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola tendo em vista uma gestão democrática e participativa no processo de ensino aprendizagem.

**Palavras chave:** Avaliação, Educação, Escola, Gestão Democrática.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO .....	10
1.1- A avaliação no contexto escolar .....	10
1.2- Para que avaliar? .....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	16
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	18



## INTRODUÇÃO

A Avaliação tem sido tratada nas últimas décadas de forma polêmica e bastante diversificada, pois muitas são as divergências e concepções em relação à mesma. Indiferente ao que se discute a avaliação deve ser vista pela escola, por seus gestores e educadores como um elemento integrador entre ensino e aprendizagem, elemento esse contínuo que precisa ocorrer no âmbito escolar ao longo de todo o ano letivo. Sendo um importante subsídio no processo educacional, a avaliação precisa ser constante, pois interpreta com qualidade e quantidade o conhecimento que é adquirido pelo aluno e ainda avalia como está sendo o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e também avalia outros aspectos relacionados a atitudes do educando.

Atuando no corrente ano como educadora da disciplina de matemática das séries finais do ensino fundamental da rede municipal e também como professora de física no ensino médio da rede estadual do município de Uruçua Minas Gerais, escolhi como tema deste trabalho “A relevância da Avaliação no Sistema de Ensino” por compreender a necessidade contínua de refletir sobre essa questão, uma vez que, como educadora e também como gestora de escola municipal entre os anos de 2009 a 2012 em escola de zona rural da rede municipal, acredito na importância do uso correto da avaliação e da necessidade de alguns profissionais da educação, aqueles que ainda não estão conscientes ou não refletem sobre os resultados obtidos, entenderem de forma adequada o verdadeiro sentido da avaliação escolar.

A experiência como gestora levou-me a refletir por muitas vezes sobre o real significado da avaliação no processo de ensino e aprendizagem chegando sempre ao consenso de que a mesma precisa ser concebida como o necessário e fundamental instrumento no planejamento do educador visando à melhoria da prática pedagógica e dos resultados que se obtém.

Com relação ao trabalho do gestor, vejo a avaliação como um ponto de partida rumo a um caminho onde a escola avalia suas práticas, revê seus métodos e adota medidas para o sucesso da instituição como um todo, considerando o trabalho e as ações desenvolvidas por seus membros dentro e fora da sala de aula visando à qualidade do ensino oferecido.

## 1. A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO

### 1.1- A avaliação no contexto escolar

Atualmente a ação de avaliar significa em seu contexto mais amplo e adequado o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem ao longo do período letivo propiciando para alunos e professores informações importantes sobre a atuação de cada um na ação educativa. Essas informações que se referem aos avanços ou resultados dos alunos devem abrir caminhos a serem seguidos ou transformados, ou seja, deve levar o educador a analisar continuamente sua prática pedagógica na busca de novas alternativas para melhorar sua atuação e conseqüentemente o aprendizado dos educandos conforme os resultados encontrados. Assim, no âmbito da ação educativa a avaliação tem como objetivo principal nortear o planejamento do educador rumo à melhoria de sua atuação profissional.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e sobre a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio. (Brasil, 1997 p. 59)

Tradicionalmente, em uma concepção de ensino arbitrária e equivocada o sistema de avaliação subentendido como recurso de adquirir notas e conceitos tinha a finalidade de com esses resultados classificar e determinar a situação do aluno, sem considerar sua vivência escolar no que diz respeito aos avanços e dificuldades. Dependendo do fracasso ou do sucesso do educando, o resultado obtido poderia comprometer negativamente o processo de ensino e aprendizagem.

Na visão de Gil e Fanizzi (2008, p.16) *“Nas atuais concepções de ensino, avaliar significa acompanhar o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ano letivo, de modo que propicie informações, tanto para o aluno como para o professor, sobre possíveis caminhos a serem seguidos ou modificados”*.

Numa gestão democrática onde se procura valorizar toda e qualquer

aprendizagem adquirida, seja ela teórica ou relacionada às atitudes, o papel do profissional da educação, mais do que medir conhecimentos e habilidades é estimular o aluno ao seu pleno desenvolvimento e reconhecer todo o esforço alcançado. Em épocas passadas, e por muito tempo, a avaliação apareceu sempre como um referencial de controle que excluiu da escola muitos alunos. A denominação para a avaliação era mais especificamente o exame, que tinha como objetivo explícito punir o aluno que não apresentasse as capacidades e os conhecimentos exigidos.

De acordo com Esteban:

O Prazer de aprender desaparece quando a aprendizagem é reduzida a provas e notas; os alunos passam a estudar para se dar bem na prova e para isso tem de memorizar as respostas consideradas certas pelo professor ou professora. Desaparecem o debate, a polêmica, as diferentes leituras do mesmo texto, o exercício da dúvida e do pensamento divergente, a pluralidade. A sala de aula se torna um pobre espaço de repetição, sem possibilidade de criação e circulação de novas idéias. (Esteban 2001, p. 41)

Para muitos existe apenas uma forma de se responder corretamente os questionamentos impostos pelo professor, pois nesses casos se espera que o aluno responda exatamente da forma que o professor ensinou, no caso desconsiderando seu entendimento próprio ou visão pessoal do assunto. A construção de uma avaliação que seja propícia ao diálogo com as dificuldades da realidade e com a diversidade de conhecimentos que circulam na vida social deve ser meta de uma gestão que se preocupe com as particularidades do sujeito e a diversidade de lógicas refletidas na identidade de cada aluno.

Na versão contemporânea de ensino a escola democrática recebe a cada dia o convite desafiador para a mudança dos seus paradigmas, convite este que leva professores e gestores comprometidos com os alunos principalmente aqueles de classes populares, a refletirem continuamente sobre as variáveis que se pode adotar na questão da avaliação.

Ninguém parece gostar de ser avaliado. E não sem razão: a avaliação tem sido tradicionalmente entendida como um instrumento de controle para adequar as características dos indivíduos às exigências de determinadas situações ou circunstâncias. Mas cabe perguntar: o problema é da avaliação ou do uso que dela se faz? Avaliar é condição essencial de qualquer ação intencional. Se implementarmos algo, com determinados objetivos não há como saber se os resultados esperados foram alcançados se não avaliarmos o que fizemos. (Grosbaum, 2001, p. 97)

Na medida em que a educação ganha espaço a educação também encontra seu valor no contexto escolar. Entretanto, várias são as visões ou concepções teóricas sobre o que significa avaliar. Para Ximenes (2001, p.97) a palavra avaliar pode ser definida como “*determinar o valor ou avalia de- estimar, apreciar- calcular, computar*”. Faz-se necessário discutir sobre o que realmente entendemos por avaliação e nesse sentido o principal aspecto a ser compreendido é que a mesma deve ser sempre vista como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria da prática pedagógica do educador e do aprimoramento da escola de um modo geral.

Uma escola democrática com uma gestão atuante e compromissada com a qualidade do ensino busca continuamente “*avaliar o trabalho desenvolvido para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, corrigir rumos e acertar o passo de todos e de cada um*”. (Grosbaum, 2001, p.99)

Uma avaliação para ser considerada positiva deve servir principalmente para auxiliar os educandos a serem bem sucedidos na escola e a repensarem seu desenvolvimento. Deve contemplar a análise sobre as dificuldades e avanços adquiridos. Deve ainda capacitar os educadores através da atualização de métodos de ensino e conteúdos que precisam ser melhorados.

Os resultados de aprendizagem dos alunos devem ser considerados na avaliação de desempenho do professor, pois bom professor é aquele cujos alunos aprendem os conteúdos, os valores e habilidades que foram desenvolvidas. Para tanto, é preciso considerar não só os resultados do trabalho docente, mas o processo e o contexto no qual ele se desenvolve. (Abreu, 2001, p.76)

Numa gestão democrática, tendo em vista as metas estabelecidas no PPP da escola, os educadores precisam compreender a importância de sua auto-avaliação permanente com a finalidade de empreender melhorias em sua ação profissional.

Avaliar é condição essencial no trabalho docente, pois toda ação precisa ser continuamente objeto de estudo e reflexão com fins de melhoria. Em uma escola não somente os alunos precisam ser avaliados, mas também os servidores de modo que estejam conscientes de suas responsabilidades e na contínua busca do aprimoramento profissional.

## 1.2- Para que avaliar?

*“A ação educativa tem sempre um caráter intencional. Isso quer dizer que temos como meta provocar modificações específicas nas pessoas, em seu comportamento, suas idéias, seus valores e crenças”.* (Grosbaum, 2001, p.98)

Na escola, espera-se que os alunos adquiram o conhecimento, que aprendam valores e desenvolvam atitudes favoráveis. Através de uma avaliação adequada podemos confirmar e verificar como essas aprendizagens estão sendo empreendidas pelos educandos.

É indiscutível que a avaliação é uma poderosa arma a serviço da melhoria e da qualidade do ensino e da escola. Através dela podemos conhecer e identificar os principais aspectos em que os alunos mais encontram dificuldades e posteriormente refletir sobre as alternativas para superá-las.....

Os Governos Federais e Estaduais em parceria com os sistemas de ensino criou formas de avaliar as escolas e suas práticas embasando-se na Legislação e na relevância desse processo. Ao se compreender a importância da avaliação para melhor conhecer o desenvolvimento do aluno e o desempenho do educador, avaliações formativas são realizadas com o intuito de medir conhecimentos e promover melhorias frente aos resultados obtidos.

O processo avaliativo está bem regulamentado na Legislação Brasileira, pois a importância e a necessidade de se avaliar e rever métodos como prática contínua são indispensáveis no processo de ensino aprendizagem. Avalia-se, portanto, para identificar progressos e encontrar caminhos para vencer as dificuldades.

A nível nacional a LDB estabelece critérios sobre a avaliação medida com o objetivo de regular a qualidade do ensino:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

V – Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridade e a qualidade do ensino. §2º - Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessárias de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais. (Brasil, 1999)

Uma vez que a avaliação tem por objetivo principal identificar se os resultados obtidos pela escola e pelos alunos estão dentro das metas estabelecidas, é essencial que todo o pessoal envolvido na educação se disponha a analisar e

descobrir as razões do fracasso encontrado perante determinados resultados.

É um erro gravíssimo avaliar os alunos em períodos estabelecidos pela escola e em seguida não haver nenhum tipo de reflexão ou mudança sobre o que foi avaliado. A avaliação deve servir sempre como instrumento para a gestão democrática e uma gestão não poderá jamais agir com democracia se não estiver em busca constante de melhorias e alternativas que favoreçam a aprendizagem dos alunos com mais dificuldades e da escola como um todo.

Avaliar é preciso e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a avaliação precisa ser conduzida com flexibilidade e sem muitas formalidades burocráticas. Portanto, *“a LDB cria as condições legais para que as escolas se organizem de forma autônoma e pedagógica para alcançar os objetivos e as finalidades da educação básica”*. (Grosbaum, 2001, p.105). Essa flexibilidade propicia a escola condições de observar o sucesso do aluno e colocar a qualidade do ensino e da aprendizagem acima da burocracia, criando assim condições adequadas e legais para organizar e alcançar os objetivos propostos para a educação.

Sabendo-se que compete aos docentes garantir a aprendizagem aos alunos e zelar pela qualidade do ensino, a avaliação torna-se um meio favorável para efetivar adequadamente a prática pedagógica uma vez que ao proporcionar aos alunos diferentes formas de avaliar a escola garante a permanência dos mesmos e a superação dos seus desafios por entender que o aprendizado é um processo contínuo e que se faz ao longo de toda a vida.

Ainda segundo os critérios estabelecidos pela LDB em seu artigo 24 do capítulo II, inciso V, a verificação do rendimento escolar para ser realmente efetiva precisa atender-se os seguintes critérios:

- Avaliação contínua do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito.
- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (Brasil, 1999)

Uma gestão democrática deve perceber na avaliação um ponto importante para auxiliar os docentes e atualizá-los profissionalmente. A realidade nos mostra que sem avaliação não se pode construir uma boa escola e que bons cidadãos só são construídos através de uma boa escola. Nesse sentido, o gestor precisa desenvolver práticas de avaliação que não meçam apenas o conhecimento dos alunos, mas também as ações desenvolvidas por todos os servidores rumo a uma educação de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação é parte integrante do ato educativo, do caminho processual da aprendizagem. Avaliamos para identificar entraves e avanços, avaliamos para agir, interferir, traçar metas e redefinir caminhos e métodos a serem trilhados...

Em uma gestão que tem como meta a democracia e a formação do aluno respeitando suas individualidades, dentro de uma concepção emancipatória, assume o desafio que lhe é proposto de realizar práticas reconstruídas e humanas no sentido de avaliar com flexibilidade e coerência o seu aluno.

Na proposta política pedagógica assumida pela escola cidadã o processo de formação do aluno através da progressão continuada é meta a ser cumprida e compreendida de forma adequada pela gestão e seus educadores. Uma vez que se tem em mente uma concepção de que a educação é um processo contínuo devemos compreender que a avaliação quantitativa não pode ser ponto crucial a definir o que o aluno sabe ou não sabe.

O aprender se faz no dia a dia, a escola não existe para aprovar ou reprovar pessoas, mas sim para fazê-las aprender, adquirir conhecimentos e se desenvolver plenamente. Podemos perceber que nessa concepção de ideal de instituição escolar que é estabelecida na atualidade à avaliação tem papel importante, pois se constitui num recurso indispensável para a análise do que está sendo realizado pelos educadores e apreendido pelos educandos.

Conclui-se, que na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola as ações relacionadas à avaliação devem ser debatidas com responsabilidade observando sempre a relação desta com a vivência do aluno, com a realidade por ele vivida e com as particularidades demonstradas no seu processo de ensino

aprendizagem.

Acredito que a pesquisa realizada pode tornar-se um importante instrumento de estudo e reflexão para gestores e educadores comprometidos com uma educação de qualidade onde se busca principalmente motivar o aluno a desenvolver suas habilidades e a refletir sobre suas atitudes enquanto aluno e cidadão.

Educadores e gestores devem ter consciência dos objetivos a que se propõe ao se ingressarem no contexto educacional. No tocante a avaliação os objetivos precisam ser continuamente redefinidos, é importante que cada um se conscientize que, mais que números e quantidade, o que realmente queremos é a qualidade do ensino.

A gestão escolar, tendo em vista a escola democrática que se deseja construir, o Projeto Político Pedagógico elaborado e tido como referência, a relação família escola, a clientela diversificada que atende, precisa agir de forma justa e humana, pois no mundo globalizado e cheio de atrativos é preciso que saibamos inovar e conscientizar adequadamente os alunos da necessidade de uma real e efetiva aprendizagem.

Nada melhor, numa gestão democrática assumir o diálogo como uma espécie de postura necessária, gestor, servidores, família e alunos, o trabalho coletivo onde todos são respeitados torna-se o primeiro passo para uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza Vasques de. **Progestão: Como desenvolver a gestão dos servidores na escola?** Módulo 08. Brasília: CONSED/ Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução. Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23/12/1996. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. acesso em 10/06/2013.



ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GIL, Ângela Bernardes de Andrade. FANIZZI, Sueli. **Coleção Porta Aberta Ciências, 5º ano. Manual do professor.** São Paulo: FTD, 2008.

GROSBAUM, Marta Wolak. **Progestão: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?** Brasília: CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª edição. São Paulo: Ediouro, 2001.

## **ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA**  
**ESCOLA MUNICIPAL IRACY LOPO LISBOA**

**ANALICE GONÇALVES MARQUES**  
**ELIZANE SOARES REZENDE**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA**  
**ESCOLA MUNICIPAL IRACY LOPO LISBOA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Marielle Morais Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>4</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....</b>	<b>9</b>
<b>3. CURRÍCULO.....</b>	<b>11</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....</b>	<b>14</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....</b>	<b>17</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## INTRODUÇÃO

“A organização da escola e da educação, quando se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes tem sofrido de um mal: o de criar instituições meramente cartorárias”. (NUNES, 1999, p. 39).

A Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa, de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, está localizada na Fazenda Bonito, área rural, a 24 km do município de Urucuia, Estado de Minas Gerais, foi criada em 1978, e ao longo da sua trajetória tem passado por vários processos, em sua nomenclatura, rede mantenedora e sistema de ensino.

Atualmente, adota a estratégia de ensino de seriação. A unidade mantenedora é a Prefeitura Municipal, atende em média trezentos alunos no turno da manhã de 8h às 12h 40min, possui um diretor, um vice-diretor, uma especialista, um secretário escolar, dois agentes administrativos, cinco serventes escolares, um professor eventual, seis professores do 1º ao 5º ano, oito professores do 6º ao 9º ano, todos com habilitação específica ao cargo, porém, maioria dos profissionais da escola são contratados.

Possui uma área total de 1000m<sup>2</sup>, distribuídos na construção de uma diretoria, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala de professores, um banheiro de professores, sete salas de aula e três salas alugadas fora do espaço da escola (a 800m), dois banheiros de alunos, um depósito, uma cozinha, uma dispensa, área coberta para servir o lanche, uma quadra de esportes coberta, o espaço é bem grande.

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), foi um marco relevante para todos os envolvidos na educação escolar, se deu com o envolvimento de todos, inicialmente houve a capacitação da equipe gestora, em seguida uma reunião com os profissionais da escola para sugestões; uma reunião com a comunidade escolar e, finalmente a elaboração do documento pela equipe gestora.

Atende uma comunidade rural de nível socioeconômico, baixo; dependendo de bolsas recebidas pelo governo federal para complementação dos gastos. Vivem basicamente de uma agricultura de subsistência, dependendo de todo o trabalho dos membros da família, no entanto, isso não atrapalha a frequência dos alunos na escola.

Como nos adverte Barbier (1996, p. 108), “projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções”. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato.

Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão.

## **1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO**

A escola acredita na qualidade do ensino através da valorização do ser humano, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica.

O planejamento educacional tem como objetivo garantir de maneira coerente que o processo de ensino e aprendizagem atenda as reais necessidades da sociedade.

Como forma de viabilizar esse planejamento, a escola procura desenvolver a capacidade de aprendizagem, postura pesquisadora, auto-estima, valorização da terra para formação de valores, fortalecimento dos vínculos familiares e convivência comunitária, através de conhecimentos socialmente úteis, a fim de exercer sua cidadania.

A educação escolar, assim compreendida, é instrumento para a transformação social, é conhecida como educação emancipadora. Ela, como Rodrigues (1986: 81) já nos dizia, “possibilita a todos a compreensão elaborada da realidade social, política e econômica do momento vivido pelos educandos; o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas para a intervenção nessa realidade, e a posse da cultura letrada e dos instrumentos mínimos para o acesso às formas modernas do trabalho [...]”. A educação emancipadora rompe com qualquer padrão de qualidade, em decorrência do próprio desenvolvimento das relações sociais, não cabendo, portanto, “modelos” ou “esquemas”. Pode-se identificar, contudo, alguns atributos de uma escola de qualidade: 1. ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito à diversidade, ao diferente; 2. ser humanista, por identificar o homem como foco do processo educativo; 3. ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação, combate às desigualdades sociais e desalienação dos trabalhadores. (RODRIGUES, 1986, p. 81)

A Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa tem por finalidade e objetivo oferecer serviços educacionais em função das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem de crianças e jovens, considerando a faixa etária de 06 a 16 anos de idade, no curso de Ensino Fundamental, de acordo com o disposto na LDB 9.394/96, na resolução CEB/CNE nº. 02, de 07 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, nos Pareceres nº. 1.132/1997 e 1.158/1998 do Conselho Estadual de Educação, no Decreto nº. 43.506, de 06 de agosto de 2000, na Resolução nº. 430, de 07 de agosto de 2003.

Art. 1º - A Educação Nacional, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania.

Art. 2º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Valorização do profissional da educação escolar;
- VI – Gestão democrática do ensino;
- VII – Garantia de padrão de qualidade;
- VIII – Valorização da experiência extra – escolar;
- IX – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 3º - O Ensino Fundamental, com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito, terá como objetivo:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;



V – Utilização de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.

Art. 4º - Tendo em vista os fins da Educação Nacional os objetivos gerais do Ensino Fundamental a escola propõe o seguinte objetivo:

I – Oferecer uma educação de qualidade promovendo o desenvolvimento na medida em que promove a atividade mental construtiva do aluno;

II – Atender à diversidade;

III – Oferecer ao aluno um currículo para o seu progresso;

IV – Tornar acessível ao aluno aspectos da cultura que são fundamentais ao seu desenvolvimento pessoal, não só no âmbito cognitivo, mas do desenvolvimento global, incluindo as capacidades de equilíbrio pessoal, de inserção social e de relação interpessoal;

V – Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;

VI – Assegurar ao aluno uma base de conhecimento, hábitos, atitudes e habilidades indispensáveis ao prosseguimento dos estudos;

VII – Permitir maior flexibilidade na organização curricular, tendo em vista o desenvolvimento gradual e progressivo do processo de alfabetização e as características sócio-culturais dos alunos;

VIII – Despertar no aluno o desejo de aplicar os seus conhecimentos e as suas potencialidades na transformação do meio ambiente em que vive, transformando-se num agente, preparado a colaborar com a melhoria da vida da comunidade;

IX – Desenvolver no aluno o espírito crítico e analítico bem fundamentado, capacitando-o a direcionar, através de seu esforço e de sua auto-realização, sugestão que venham trazer contribuição ao crescimento e ao progresso em todas as esferas da comunidade, partindo da família;

X – Oferecer o lícito direito da participação na vida da escola, a oportunidade de o aluno discutir, analisar e selecionar valores sociais e morais;

XI – Promover a realização de cursos, encontros, seminários, que possam proporcionar o aprimoramento de seus professores e de acordo com a legislação e as normas específicas previstas, considerando como objetivo maior à melhoria da qualidade do ensino.

Como forma de garantir o alcance dos objetivos mencionados acima usa como estratégia:

- Fortalecimento do planejamento coletivo garantindo os rumos, anseios, ideais que darão vida ao currículo;
- Encontro de parcerias junto à comunidade e a Secretaria Municipal de Educação e Escola para garantir o intercâmbio entre escola e família;
- Implementação do projeto de leitura com elaboração de oficinas literárias;
- Promoção de encontros de interesse da comunidade envolvendo a Supervisão/Orientação Educacional; por meio de reuniões, questionários e entrevistas;
- Realização de eventos para participação e integração da comunidade no contexto escolar;
- Implementação de reuniões com os membros do Conselho Escolar oportunizando a efetiva participação dos mesmos no dia-a-dia da escola;
- Estabelecimento de instrumentos eficazes de avaliação que meçam o desempenho de todos os segmentos da instituição educacional;
- Aquisição de diversos materiais que possibilitem a valorização do lúdico como mediador no processo de ensino-aprendizagem, por meio da aplicação dos recursos financeiros;
- Implantação de projeto pedagógico para permanente valorização de hábitos adequados de higiene pessoal e do ambiente, envolvendo todos os segmentos da instituição educacional;
- Promoção de palestras que valorizem a convivência social entre os alunos, visando à construção de regras disciplinares entre os alunos, através de jogos recreativos. O trabalho docente deverá atuar em prol da pedagogia de projetos;
- Estruturação e execução de projetos ambientais contemplados na proposta pedagógica;
- Envolver toda a equipe pedagógica na execução do Plano de Intervenção Pedagógica;
- Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para organização das atividades escolares;
- Realização de momentos cívicos semanalmente para entoação do hino Nacional;
- Realização, pelos alunos com o auxílio dos professores, de peças teatrais, declamação de poemas, dança; contribuindo para o enriquecimento da cultura;

- Disponibilização do prédio escolar para a realização de encontros/reuniões para a comunidade;
- Realização de reuniões com o Conselho Escolar;
- Realização de palestras com o Conselho Tutelar, Psicólogos e pessoas da comunidade;
- Organização de prestações de contas à comunidade escolar.
- Promoção de palestras que valorizem a convivência social entre os alunos, visando à construção de regras disciplinares entre os alunos, através de jogos recreativos.

O trabalho docente atua em prol da pedagogia de projetos com estruturação e execução de projetos contemplados na proposta pedagógica.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1- Estrutura Administrativa**

A organização e o funcionamento da Escola estão fundamentados no princípio da gestão democrática e será exercida pelo Diretor, Vice-Diretor e Conselho Escolar. A direção será constituída de acordo com a legislação vigente, que do momento e indicação política.

A Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa possui maioria dos profissionais com formação específica na área que atuam aptos a desenvolver o seu trabalho com êxito e responsabilidade. O quadro de pessoal é composto por professores, secretário escolar, agente administrativo, serventes escolares, diretor, vice-diretor e supervisor.

É mantida pela prefeitura, onde administrará apenas o recurso do PDDE, pois será o primeiro ano a recebê-lo.

O prédio está aparentemente em bom estado, porém apresenta alguns problemas internos. Por funcionar em turno único faltam salas para atender de forma adequada todos os alunos, e três turmas são atendidas fora do espaço da escola.

Apresenta problemas sérios na instalação elétrica e hidráulica, os banheiros dos alunos estão funcionando de forma precária, possui um banheiro em bom estado para funcionários, uma área coberta para servir lanche e usada para área de recreação/eventos, uma quadra de esportes coberta, uma secretaria, uma diretoria, uma sala para professores, uma biblioteca, doze salas de aula, uma cozinha com

dispensa (onde ficam condicionado os materiais alimentícios, e alguns utensílios), um depósito dentro do banheiro masculino, onde ficam os materiais de limpeza.

Disponibiliza de mesas e cadeiras para alunos e mesa para professor em todas as salas, um computador na diretoria, um computador na secretaria com acesso a Internet, arquivos e armários de aço, aparelho de som, DVD, TV.

Encontram-se na cozinha, dois frízeres, uma geladeira, dois fogões industriais, armário de aço, copos, talheres, pratos, panelas de pressão, panelas grandes, concha, bacias de alumínio e de plástico, liquidificador industrial, dentre outros.

## **2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do aluno, instrumentalizando-o com os requisitos necessários à sua participação na vida social, econômica e cultural.

É adotado o regime anual em atendimento as peculiaridades do estabelecimento, observada a legislação em vigor, adotando o regime de seriação.

A organização das classes será fundamentada em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo da aprendizagem, resguardando as determinações legais vigentes.

O Ensino Fundamental será ministrado e estruturado de acordo com as normas legais vigentes.

Deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial:

I – O domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida – a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

II – O domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem – conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social.

Os anos iniciais do Ensino Fundamental terão suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

1º Ano

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

#### 2º Ano

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

#### 3º Ano

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

#### 4º Ano

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

#### 5º Ano

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de idéias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, seja eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Ao final do 5º ano do Ensino Fundamental, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Os quatro anos finais do ensino fundamental, organizados em regime anual, terão a denominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

### **3. CURRÍCULO**

Analogamente ao que García Canclini (2003) discute para a globalização, o currículo nacional torna-se um horizonte imaginado por sujeitos coletivos e individuais que articulam seus interesses e suas redes de poder em torno desse projeto. Isso, contudo, não impede que questionemos o projeto da cultura comum por ser uma política cultural, desenvolvida por intermédio do currículo, visando a restringir o repertório de mensagens culturais disponíveis.

Ainda que uma reforma curricular não seja o principal motor de justiça social, tornar a escola “um ambiente mais democrático e igualitário é um objetivo tão legítimo quanto o de usá-la como instrumento de transformação da sociedade” (SILVA 1990, p. 64).

O Plano Curricular do Ensino Fundamental será a expressão formal da concepção do Currículo da escola, decorrente de sua proposta pedagógica.

O Currículo do Ensino Fundamental terá uma Base Nacional Comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Os Currículos a que se referem devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa, da Matemática, Ciências, História, Geografia, como conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente o Brasil.

Os conteúdos curriculares estruturais de cada disciplina deverão ser trabalhados a partir de eixos temáticos, com temas geradores, abordados preferencialmente de forma interdisciplinar.

Serão considerados como temas geradores todas as questões sociais apresentadas na aprendizagem e na reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica.

O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa para os alunos, constitui disciplina obrigatória dos horários da escola.

O Ensino de História do levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia, onde são abordados nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, onde são abordados os seguintes seguimentos:

- a) Consciência Política e histórica da diversidade;
- b) Fortalecimento de identidade e de direitos;

c Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, conforme a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF.

À parte diversificada do Currículo têm por objetivo permitir que em cada região fosse possível incorporar estudos do interesse da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, definidos pela comunidade escolar.

Na elaboração dos currículos devem ser observados os seguintes procedimentos:

No ensino fundamental, a carga horária mínima será de 800 (oitocentas) hora anuais, e de 5ª a 8ª série será de 833:20 (oitocentas e trinta e três horas e trinta minutos) para cada ano de escolaridade.

A escolha da língua estrangeira moderna ficará a cargo da comunidade, sendo somente para o Ensino de 6º ao 9º ano.

As matérias da Base Nacional Comum e os conteúdos da parte diversificada serão relacionados em quadro Curricular anexo, conforme instruções regulamentadas.

Os objetivos específicos de cada conteúdo curricular devem ser observados em suas finalidades precisas, a saber:

Em PORTUGUÊS - desenvolvimento da capacidade de ler e interpretar, percebendo as idéias e a seqüência lógica dos fatos narrados desenvolvendo a capacidade de expressar-se escrita e oralmente, com clareza e correção, visando ainda ao enriquecimento do vocabulário e a prática do uso dos conhecimentos adquiridos na vida cotidiana, tornado mais fácil o processo da comunicação entre as pessoas;

Em MATEMÁTICA - desenvolvimento do pensamento do raciocínio lógico e sua aplicação na vida prática facilitando entendimento básico da economia, do raciocínio e das situações que envolvam relações numéricas e conceituais;

Em CIÊNCIAS - desenvolvimento da vivência do método científico e de suas aplicações; aguçando a curiosidade e o espírito crítico de forma a despertar o educando para possíveis experiências, inventos e contribuição que tragam à vista melhores condições de tecnologia e de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos tanto para uso pessoal como para o social;

Em HISTÓRIA e GEOGRAFIA - desenvolvendo o ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas saber viver como, principalmente, conviver, oferecendo conhecimentos que assegurem a cultura básica do educando sobre seus antepassados, sua civilização e sobre sua situação geoeconômica no cenário mundial, dominando com grande ênfase, o conhecimento sobre o Brasil desde o seu descobrimento até a perspectiva atual de seu desenvolvimento, bem como a ênfase da Educação das relações étnico-raciais, abordados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Afro-brasileira e Africana.



## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A gestão do tempo e espaço escolar sempre foi relevante para a garantia do ensino-aprendizagem.

“A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1005).

A instituição possui o calendário com duzentos dias letivos e quatro dias escolares, de acordo com a legislação vigente de cada ano, se diferenciando em alguns aspectos por se localizar em área rural.

O tempo de estudo diário são cinco horários com a duração de cinquenta minutos cada e para o almoço, destinam-se trinta minutos, o ano letivo é dividido em quatro bimestres. As turmas dos anos iniciais (1º ao 5º ano) conta com dois professores, um para Educação Física e outro para os demais conteúdos, já as turmas das séries finais (6º ao 9º ano), são nove professores, um para cada disciplina. O espaço de aprendizagem restringe-se na maioria das vezes na sala de aula.

O planejamento da escola é feito de forma coletiva com todos os professores e especialistas das redes municipal e estadual, divididos por série nos anos iniciais e por disciplina nos anos finais, em um primeiro momento feito o planejamento anual já dividido em bimestres, em seguida feito os planos de aula diário/semanal, de forma coletiva/individual, devido às dificuldades geográficas.

A educação é um processo dinâmico e deve acompanhar a evolução dos tempos modernos para que não se torne obsoleta e deixe de cumprir o seu importante papel na formação do cidadão crítico e participativo no que diz respeito às questões políticas, sociais e culturais. Com base nessas considerações, adotaremos como princípios norteadores:

- a) A lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9394/96);
- b) Os Parâmetros curriculares Nacionais (PCN);
- c) O Parecer nº 04 da Câmara de Educação Básica referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;

d) A Proposta Pedagógica das Escolas Públicas Municipais de Urucuia;  
e) O Currículo da Educação Básica do Estado de Minas Gerais e os Quatro Pilares da Educação – UNESCO.

a) Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)

A LDB aprovada em 20 de dezembro de 1996 consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental, assegurando aos educandos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de finalidade e de continuidade.

b) Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação básica em todo o país. Sua função é garantir o respeito às diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa. O conjunto das proposições expressa nos PCN's, respondem às necessidades de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do país se organize para que a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania.

c) Diretrizes Curriculares Nacionais (parecer nº 04 da Educação Básica)

As Diretrizes Curriculares Nacionais (29/01/1998) são conjuntos de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, que orientarão a escola na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de sua Proposta Pedagógica.

d) Proposta Pedagógica das Escolas do Município de Urucuia

A política da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação de Urucuia se alicerçam no compromisso de ter como centro de interesse o aluno, levando em consideração suas experiências e acrescentando novas aprendizagens significativas e contextualizadas.

A Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa, com base nestas considerações, se compromete em criar condições para que o aluno, além disso, goste da escola; sinta que é respeitado, para poder respeitar; sinta que é estimulado em suas capacidades; possa se expressar e se manifestar com confiança.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de decisão da escola são feitos com a participação de todos os profissionais envolvidos no processo pedagógico, incluindo especialistas e pais, de maneira dialógica, criativa e democrática.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p. 18).

Em relação ao financeiro, procede da mesma forma, porém com a atuação específica do Conselho Escolar que é formado de representantes de todos os segmentos, onde são atendidas as prioridades. As escolas da rede municipal de ensino deste município tem autonomia financeira para a aplicação dos recursos financeiros do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está subordinada ao Sistema Nacional de Educação, às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o regulam, não podendo, portanto, desobedecer-lhes.

Sinaliza Neves (1995, p.99)

[...] assim como a liberdade não deixa de ser liberdade pelas relações interpessoais e sociais que a limitam, a autonomia da escola não deixa de ser autonomia por considerar a existência e a importância das diretrizes básicas de um sistema nacional de educação. Dessa mesma forma, assim como a democracia sustenta-se em princípios de justiça e de igualdade que incorporam a pluralidade e a participação, a autonomia da escola justifica-se no respeito à diversidade e à riqueza das culturas brasileiras, na superação das marcantes desigualdades locais e regionais e na abertura à participação.

Percebemos que a escola pode conquistar essa autonomia desde que, tenha a participação de todos os envolvidos no processo educacional, trabalhe de maneira organizada observando as leis vigentes e as coloque em prática.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho no interior das escolas públicas, têm sido um grande problema, onde geralmente se constituem em relações de poder centralizador e exercido pelo diretor, mas vale ressaltar que estamos na luta para mudar este cenário.

Talvez, a forma como acontecem às relações de trabalho na escola representa um dos maiores entraves ao estabelecimento de consensos, extremamente necessários na realização do trabalho coletivo.

Nesse sentido é indispensável apontar que na Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa, tem sido diferente.

Em nível micro, percebe-se uma relação entre professores e alunos em um cenário de verdadeiros amigos. Nota-se, dessa forma, que a escola tornou-se um local onde a maioria se identifica, porém sentem dificuldades para encontrar as soluções de alguns problemas detectados.

Por outro lado, em busca da efetiva democratização das relações de trabalho na escola é necessário lembrar que esta se situa no âmbito de um Estado autoritário, que, no mínimo, permite a participação controlada. Não devemos esquecer que o Estado intervém diretamente na escola.

A organização do trabalho não é feita pelos trabalhadores do ensino. Este é um espaço onde a autonomia é definitivamente mal interpretada. Diante disso é necessário criar um espaço onde seus trabalhadores o possuam, cooperativamente, como grupo. Este é o caminho da autogestão da escola no Brasil.

Os papéis de cada servidor estão previamente definidos, onde as decisões quando necessárias são tomadas de forma coletiva, quer em âmbito administrativo, financeiro ou pedagógico.

As situações de conflitos (aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor), são resolvidas no âmbito da escola, por meio de conversas e registros, quando necessárias recorre-se à família ou ao Regimento Escolar.

A formação inicial necessária, a maioria dos professores possui, mas todos sabem, uma formação precária em nível de Brasil, no entanto, a política da formação continuada, o município tem oferecido, com cursos técnicos, outros cursos voltados para a área de professor, porém nossos professores no geral, estão desmotivados,

uma vez que, oferece a formação continuada e gratuita, mas a questão salarial, continua a mesma, desvalorizando assim o esforço e dedicação dos que estudam.

## 7. AVALIAÇÃO

A escola usa como instrumentos de avaliação, a avaliação classificatória e a avaliação formativa.

Segundo Tyler (1981, p. 98) apud SILVA (1992, p. 13) “O processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino”.

Diante disso, as conclusões da avaliação podem servir tanto para suscitar ações individuais, como para redefinir os rumos de um projeto para a classe como um todo. Esse processo pode ir além da análise do domínio de conteúdos e conceitos, para mostrar como está a relação entre alunos e professores. O professor deve buscar formas para facilitar a aprendizagem dos seus alunos, assumindo, assim, uma responsabilidade no desenvolvimento de seus alunos.

Avaliação Classificatória é uma perspectiva de avaliação vinculada à noção de medida, ou seja, à idéia de que é possível aferir, matematicamente, e objetivamente, as aprendizagens escolares. A noção de média supõe a existência de padrões de rendimento a partir dos quais, mediante comparação, o desempenho de um aluno será avaliado e hierarquizado.

É realizada através de atividades variadas, tais como exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, provas, testes, entre outros. Sua intenção é estabelecer uma classificação do aluno para fins de aprovação ou reprovação.

A Avaliação Formativa permite ao professor observar os avanços e as dificuldades que os alunos apresentaram ao longo do processo educativo, e quando necessário faz-se a intervenções necessárias para que o mesmo não fique para trás e que também não avance sem conhecimento.

A partir dessa avaliação inicial, organiza-se o planejamento do trabalho, de forma suficientemente flexível para incorporar ao longo do processo, as adequações que se fizerem necessária.

A avaliação do trabalho escolar visará a atender aos alunos em suas diferenças culturais e de desenvolvimento criando condições concretas para sua formação básica através da aprendizagem necessária para melhor viver e conviver nas diferentes instâncias sociais.

A verificação do rendimento escolar compreenderá avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade.

A avaliação contínua do trabalho escolar do aluno, onde se observará a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, possibilitará a verificação:

- I- Da adequação do currículo ou necessidade de sua reformulação;
- II- Da validade dos recursos didáticos adotados;
- III- Da necessidade de se adotarem medidas de recuperação.

Os processos de avaliação deverão medir de preferência a compreensão dos fatos, a percepção de relações à avaliação de conhecimento, habilidades e automatismo adquirido, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

Deverão participar da avaliação todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medida são utilizados:

I- Testes, trabalhos individuais ou em grupo, pesquisas, observações e outros, devendo o professor selecioná-lo de acordo com a natureza da matéria e o tratamento pedagógico adotado;

II- As formas e os procedimentos da avaliação da aprendizagem devem ser fundamentados e definidos no Projeto Pedagógico e no regimento escolar tendo como base as orientações gerais da secretaria;

III- A auto-avaliação do aluno deverá ser adotada por constituir instrumentos indispensáveis ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem.

A avaliação será contínua e cumulativa devendo ser expressa em pontos e conceitos, sendo seu resultado levado ao conhecimento dos alunos e seus responsáveis, no máximo 15 (quinze) dias após o término do período a que se refere à avaliação.

As provas e demais instrumentos serão considerados na avaliação do aproveitamento de seus resultados.

A avaliação será feita de acordo com o tratamento metodológico dispensando aos conteúdos curriculares segundo o seu desenvolvimento.

O resultado da avaliação do aproveitamento do aluno será consignado no registro de sua vida escolar através de:

I – Pontos cumulativos;

II – Conceitos.

Será de 100 (cem) o número máximo de pontos cumulativos que cada aluno poderá conseguir no máximo durante o ano letivo, nos conteúdos do núcleo comum e da parte diversificada que visam à aquisição do conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades intelectuais e terá que obter no mínimo 60 pontos para Promoção, para os alunos do 4º ao 9º ano.

Os 100 (cem) pontos terão a seguinte distribuição:

1º bimestre 20 pontos

2º bimestre 20 pontos

3º bimestre 30 pontos

4º bimestre 30 pontos

Na avaliação do aproveitamento, será observada a predominância dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos.

A avaliação referente aos pontos distribuídos em cada bimestre será da seguinte forma:

I - 60% para as provas;

II - 40% para trabalhos.

Os seguintes conceitos são correspondentes para o 1º ao 3º ano, tanto no núcleo Comum como na parte diversificada.

a) Alcançou com êxito os objetivos de estudo;

b) Alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo;

c) Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

São estabelecidos para o processo de formação do 1º ao 3º ano:

Processo de Formação:

a) Sim= sim; N= Não; Av= Às Vezes

Atitudes e Valores Éticos: O aluno respeita os colegas e professores interagem nos grupos de trabalho e nas atividades fora da sala de aula;

Compromisso/Assiduidade: O aluno demonstra responsabilidade no cumprimento de tarefas e assiste às aulas;

**Criatividade/Criticidade:** O aluno participa efetivamente do processo de construção do conhecimento, realizando trabalhos individuais e de grupo com iniciativa e criatividade, capacidade de argumentação, resolução de problemas, organização e conclusão das atividades propostas utilizando diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros, filmes, documentos, enciclopédias, pessoas da comunidade) e diferentes formas de registro (escrita, gráfico, desenho, montagens, imagens).

**Participação:** O aluno encontra na família o apoio e a participação para o seu desenvolvimento escolar.

**Outros:** Parâmetros estabelecidos pela proposta pedagógica da escola.

O processo de apuração da assiduidade ficará a cargo do professor que deverá fazer diário da freqüência dos alunos.

Poderá ser concedida a 2ª oportunidade para a realização de qualquer atividade de avaliação que se destinar à atribuição de pontos, desde que requerido por motivo justo, devidamente comprovado, a critério da Escola, no máximo oito dias a contar da data da realização da mesma.

Os estudos de recuperação visam proporcionar ao aluno novas oportunidades de aprendizagem, para superar deficiências verificadas no seu desempenho escolar.

Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo uma conseqüência do processo de avaliação continuada.

A recuperação destina-se também aos alunos que não conseguiram o desempenho esperado na unidade curricular.

Os estudos de recuperação serão proporcionados:

I – Paralela – Quando o aluno não conseguir atingir os objetivos propostos pelo conteúdo;

II – Estudos Orientados ao longo do primeiro semestre – As disciplinas da progressão parcial, a que o aluno estiver sujeito, deverão ser cumpridas ao longo do primeiro semestre letivo, sendo de responsabilidade do professor da disciplina, em ação conjunta com o Serviço Pedagógico, a organização de um plano individual para atendimento, acompanhamento e avaliação de todo processo ensino-aprendizagem.

III – Estudos independentes realizados ao longo do segundo semestre do ano subseqüente – Os alunos sujeitos ao regime de progressão parcial, que não obtiveram aproveitamento satisfatório na oportunidade oferecida no primeiro



semestre, terão ao longo do segundo semestre letivo, nova oportunidade para superação das dificuldades ainda existente;

IV – Estudos Orientados ao longo do processo de aprendizagem – Para os alunos que não adquiriram as habilidades básicas, com os métodos adotados num determinado espaço de tempo, ou seja, em uma aula, em uma unidade, em um período, em um semestre, o professor deverá organizar grupos de alunos, a partir de diagnóstico realizado no processo de avaliação, para receberem acompanhamento adequado;

V – Estudos Orientados Presenciais – Serão desenvolvidos após a realização da última avaliação do ano letivo e destinam-se aos alunos que não apresentarem o domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período. Deverão ser realizados dentro do período compreendido entre o término do ano letivo e o encerramento do ano escolar, constando necessariamente, no calendário escolar o tempo destinado a sua realização.

VI – Estudos Independentes realizados na primeira semana de aula, após o retorno de férias – Quando as novas oportunidades para a superação de dificuldades, oferecidas durante o processo de aprendizagem e através dos estudos presenciais não forem suficientes para a recuperação da aprendizagem do aluno.

Ficarão sujeitos aos estudos de recuperação:

I – Ao aluno que ao final de cada etapa apresentar dificuldades em cada conteúdo;

II – Ao aluno que não demonstrar desempenho esperado através das avaliações realizadas não obtendo média satisfatória.

Fica instituído na escola, o regime de Progressão Continuada nos três primeiros anos do Ensino Fundamental e Progressão Parcial nos anos finais do Ensino Fundamental como prevê a Resolução SEE 1086/08.

A progressão continuada para o 1º ao 3º ano deverá estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.

A escola deverá ao longo dos anos iniciais acompanharem sistematicamente a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias diversas para sanar as dificuldades evidenciadas.

O regime de progressão continuada implica maior compromisso da escola para com a aprendizagem do aluno, cabendo-lhe a responsabilidade de garantir ao aluno as condições para que o mesmo construa a forma de conhecimento que o capacite para um processo de educação permanente.

Ao final de cada ano, a Equipe Pedagógica da Escola deverá proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário.

Vencidas as dificuldades, os alunos serão integrados às turmas correspondentes à idade/ ano de escolaridade.

Para o melhor cumprimento do artigo, a escola deverá promover meios utilizando os recursos pedagógicos ao seu alcance, do auxílio da família e do apoio da comunidade escolar, a fim de atender às necessidades dos alunos.

Será adotada a progressão parcial através de estudos orientados e estudos independentes nos anos finais do Ensino Fundamental, que permitirá ao aluno avançar em componentes curriculares para os quais já apresente comprovadamente domínio de conhecimentos.

A Progressão Parcial será permitida para a matrícula a partir do 6º ano do Ensino fundamental.

Poderá obter a progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

O aluno concluirá o ensino fundamental somente quando obtiver a aprovação em todas as disciplinas inclusive naquelas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deverá ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

A classificação terá como objetivo posicionar o aluno na Série compatível com a sua idade, experiência, nível de desempenho ou conhecimento, segundo processo de avaliação definido pela Escola.

A classificação do aluno em qualquer das séries anual, poderá ser feita, exceto no 1º ano:

I – Por Transferência – para candidatos procedentes de outras Escolas situadas no País ou no exterior efetuando-se, quando necessária, a Avaliação que defina seu grau de desenvolvimento, independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela Escola;

II – Por Avaliação – Independente de escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na Série, na forma prevista no Regimento Escolar.

Parágrafo Único – A avaliação a que se refere ao inciso acima, deverá ser organizada pelo diretor, supervisor e professores da escola.

A reclassificação do aluno significa reposicioná-lo na Série ou Ciclo diferente daquela indicada em seu histórico escolar.

A decisão de reclassificação deverá ser decorrente de manifestação de uma comissão presidida pela Diretora da Escola, em que o aluno deverá ser classificado, bem como profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógica.

Os documentos exigidos na classificação do aluno serão:

I – Histórico Escolar;

II – Ficha Individual;

III – Relatório do Aluno.

O aluno evadido deverá ser reclassificado ao retornar à Escola.

Considera-se evadido o aluno faltoso por mais de 50 dias letivos consecutivos.

Dos Profissionais envolvidos na Proposta Pedagógica

A Escola Municipal Iracy Lopo Lisboa, na medida das necessidades, estará sempre preocupada com a atualização e treinamento dos profissionais da área do ensino.

Além da participação em cursos, palestras e seminários, durante as horas de atividades, será reservado tempo para leituras e discussão de temas de interesse imediato. O planejamento das atividades semanais realizados em conjunto o que oportuniza a troca de idéias, beneficiando o entrosamento entre os profissionais da educação.

Em conseqüência das atividades acima descrita buscamos:

I-Definir princípios pedagógicos e diretrizes metodológicos (para que ensinamos);

II-Definir metodologias (como ensinamos);

III-Articular corpo docente, técnico e pedagógico com o planejamento pedagógico.

Pelos exercícios coletivos e periódicos no contexto escolar a reflexão-ação-reflexão faz a ruptura histórica com a introdução do processo dialógico e interativo, que permite uma nova concepção de avaliação do desempenho dos alunos. Isto ocorrerá, por certo, no processo de uma gestão comprometida com a formação do cidadão crítico, participativo, competente, capaz de aplicar os conhecimentos através de uma convivência sadia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se o Projeto Político Pedagógico como indispensável no processo educacional, pois a partir dele se ramificam demais ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar, nos dando direção para todas as ações da escola, com o objetivo de que seja avaliado sempre que necessário e desdobrado em projetos de curto prazo, levando em conta as políticas e estratégias da escola, a atuação do Conselho Escolar, com atenção especial à família e o cumprimento da carga horária do aluno.

Percebemos a necessidade de aulas mais significativas para os alunos, em que os conteúdos não sejam desvinculados da vida cotidiana, que haja o gosto em aprender, que o aluno participe mais efetivamente na construção de seu próprio conhecimento e que ocorra o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e de atitudes de respeito individual e coletivo.

Pensar a educação é uma tarefa de compromisso para todos educadores, é uma vontade, e um desejo difícil de realizar, para isso precisamos assumir um comportamento diferenciado no sentido de trabalharmos a pluralidade cultural no mundo contemporâneo, reconhecendo que o universo cultural não é somente a materialidade, mas sim, a formação de cidadãos e cidadãs que integrem a coletividade de forma solidária, e crítica, no sentido de transformação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 09/3/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2006.

Cadernos de Graduação - Ciências Humanas E Sociais | Aracaju | V. 1 | N.16 | P. 49-57 | Mar. 2013. **Avaliação Da Aprendizagem Nas Escolas**. Daniella De Jesus Lima | Luciane Cristina Da Silva | Maria José De Azevedo Araújo. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article>. Acesso em 15/05/2013.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

**Gestão democrática do currículo e o multiculturalismo escolar**. Artigo disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br>. Acesso em: 02/03/13.

**Gestão Escolar - Gestão Democrática**. Rozilene Rodrigues Ribeiro. Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_80111/artigo\\_sobre\\_gestaoesscolar-gestãodemocrática](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_80111/artigo_sobre_gestaoesscolar-gestãodemocrática). Acesso em: 03/02/13.

NUNES, A. C. **Gestão democrática ou compartilhada?** Uma (não) tão simples questão de semântica. Revista Caderno Pedagógico, nº 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999, p. 37-40.

**Organização Do Tempo Escolar, Inovação E Modernidade**. Dinair Maria Lube Barella, Vera Terezinha Meier Kurpiel – SEED. Maria Lúcia Melo de Souza Deitos – UNIOESTE Gestão de políticas públicas no Paraná. P 89 a 98. Disponível em: [http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/formulacao\\_e\\_gestao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_no\\_parana/volume\\_1/capitulo\\_1\\_educacao/](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/formulacao_e_gestao_de_politicas_publicas_no_parana/volume_1/capitulo_1_educacao/)

**O sentido de qualidade na educação**. IFRN. Disponível: [www.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:04\\_sentido...](http://www.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:04_sentido...) Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 31-35. Acesso em: 08/04/13.

**Retratos da Escola**. Artigo disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822>. Acesso em: 10/04/13.

VEIGA; Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção coletiva**". In: VEIGA, Ilma P. A. (org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, Papirus, 1995.